

'Ideologia'

# O ano termina como começou: 2 polos opostos e cristalizados

**Análise de canal de Bolsonaro mostra resiliência de fenômeno maniqueísta; segurança pública emerge como ponto forte da oposição**

ESTADÃOANALISA

SERGIO DENICOLI

Chegamos ao fim do ano praticamente como começamos, com o Brasil marcado por uma polarização cristalizada, dividido em dois polos opostos praticamente de igual tamanho.

Com 12 meses de governo, a percepção sobre a gestão Lula segue amplamente moldada pela ideologia de cada observador. Esse fenômeno maniqueísta é emblemático nos tempos acalorados de conflitos políticos que atravessamos.

Para entender melhor o funcionamento da comunicação bolsonarista enquanto oposição, analisamos as postagens do canal de Jair Bolsonaro, no Telegram, feitas entre os dias

1.º e 28 de dezembro.

Foram, ao todo, 84 publicações, o que indica uma média de três posts por dia. O canal conta com 1,8 milhão de inscritos e, além de propagar conteúdo próprio, muitas vezes compartilha informações de políticos aliados, sobretudo dos próprios Bolsonaros, nomeadamente Eduardo, Flávio e Carlos, além de aliados de primeira hora do bolsonarismo, como os deputados federais Mário Frias e Delegado Alexandre Ramagem e os deputados estaduais Carmelo Neto, do Ceará, e Bruno Engler, de Minas Gerais.

A crítica à mídia tradicional é uma constante. Alegações de disseminação de desinformação, fake news e de silenciamento de vozes dissonantes às do governo são pontos centrais dessa abordagem. O alvo principal é a Rede Globo, que foi mencionada frequentemente, de forma pejorativa, no período observado.

A defesa da liberdade de expressão é outra característica marcante. No ambiente bolsonarista, está consolidada a ideia de que o governo Lula age para calar quem o critica, o

que cria, entre os opositores, um sentimento de resistência que os une. Essa mesma narrativa ajuda a difundir uma ideia de que o PT quer regular a internet, para poder controlá-la, por meio de censura.

**TEMAS.** O enfrentamento da esquerda e do "comunismo" é também algo bastante presente. O governo Lula é associado a uma suposta normalização do crime e à debilidade social, e visto como ameaça ao País. Todos esses aspectos negativos são classificados como características de governos comunistas.

A segurança pública emerge como uma bandeira importante dos conservadores. Bolsonaro foca em alegações que atribuem ao governo dele uma redução histórica nos índices de assassinatos e um aumento nas apreensões de drogas.

Em termos de propostas, a

narrativa é pouco profunda, deixando de fora um debate mais qualificado. Não encontramos proposições com embasamento feito a partir de estudos específicos, mas apenas indicativos ideológicos.

Um desses indicativos se baseia na ideia de redução de impostos. Esse é um dos pilares apresentados e percebido como uma conquista notável do governo Jair Bolsonaro.

A proposta de menor intervenção estatal na economia e a promoção de um ambiente favorável aos negócios também são elementos frequentes nas mensagens, buscando transmitir a imagem de que a direita segue comprometida com o estímulo ao setor privado e que a esquerda está ligada a um movimento sindical visto como nocivo ao desenvolvimento.

Essas diretrizes, disseminadas por Bolsonaro, são plena-

mente replicadas por demais políticos conservadores. Muitos, inclusive, vão tentar nacionalizar as eleições municipais de 2024, seguindo a cartilha contra o "comunismo", a "esquerda" e os veículos que disseminam fake news, e a favor da liberdade plena de expressão nas redes, da redução de impostos e das privatizações.

Pelo que temos visto até agora, esse discurso vai funcionar bem nas cidades simpáticas ao bolsonarismo, em áreas mais identificadas com a direita. Mas não vai provocar mudanças nos locais onde a esquerda domina, pois nessas regiões é a lógica lulista que se propaga mais intensamente, também através de canais exclusivos e também sem discutir propostas de forma detalhada. Algo que, hoje, infelizmente, está muito distante do debate político brasileiro. ●



Bolsonaro em Barretos (SP), em agosto de 2023; ex-presidente mantém canais ativos com apoiadores

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 25/8/2023

ANO XXIV - Nº 701 - Segunda-feira, 01 de janeiro de 2024

**INFORME PUBLICITÁRIO**

**Boletim Semanal Sciesp**  
**Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo**  
 Thabata Yamauchi - Presidente do Sciesp  
 Produção Gráfica: Publicidade Archote  
[www.sciesp.org.br](http://www.sciesp.org.br)

Sede Capital  
 Rua Pamplona, 1200 - Jd. Paulista - São Paulo / SP - 01405-906  
[www.sciesp.org.br](http://www.sciesp.org.br)

**2024 - UM ANO PARA:**

Superar grandes desafios  
 Ombro aos Amigos  
 Respeito às Empresas e Pessoas  
 Relacionamentos Verdadeiros  
 Intolerância a Ignorância  
 Alegrar-se com quem lutou ao seu lado em 2023

**2024**

Sciesp - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo

## Questão indígena

# Partidos vão ao STF contra marco temporal

Os partidos PSOL e Rede e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) submeteram na sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei que estabelece um marco temporal para demarcação de terras indígenas, promulgada na quinta. Os autores argumentam que o STF já havia invalidado a tese em julgamento finalizado em setembro.

A lei promulgada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estabelece que a demarcação de terras indígenas depende de comprovação de que povos originários ocupavam a área em disputa na data de publicação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

O projeto de lei foi aprovado no Senado na mesma data em que o STF concluiu o julgamento em que determinou que essa linha de corte para demarcações é inconstitucional.

Na ADI, os partidos e a Apib argumentam que a lei representa um retrocesso para os direitos fundamentais dos indígenas brasileiros.

**GILMAR.** O processo foi distribuído ao ministro Gilmar Mendes. No julgamento do marco temporal, ele votou contra a linha de corte para demarcação de terras. O ministro também é relator de uma Ação Direta de Constitucionalidade impetrada por PL, Progressistas e Republicanos na qual os partidos pedem que a Corte reconheça a validade da lei do marco temporal. ● ALESSANDRA MONNERAT

PRESTADO POR: P pressreader